

## A100X Empreendimentos Limitada

CNPJ nº 18.064.450/0001-03 – NIRE 35.2.3322759-7

### 5º Alteração do Contrato Social de Transformação de Sociedade

Por este instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **(1) Layana Thais Costa**, brasileira, fotógrafa, em união estável, portadora da cédula de identidade RG nº 11.065.930-0 SSP-PR e inscrita no CPF sob o nº 077.901.939-37, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 4363, apto 121, Vila Andrade, CEP 05724-003 ("Layana"); e **(2) José Luiz Aliperti Junior**, brasileiro, em união estável, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 18.860.380-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 213.460.318-60, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 4363, Apto 121, CEP 05724-003 ("José"); na qualidade de atuais únicos sócios da **A100X Empreendimentos Limitada**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 4.363, apto 121, Vila Andrade, CEP 05724-003, inscrita no CNPJ sob o nº 18.064.450/0001-03 e com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.3322759-7 ("Sociedade"); e, ainda, na qualidade de sócio ingressante **(3) Augusta Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, nº 67, andar 12 13, Itaim Bibi, CEP 04533-050, inscrita no CNPJ sob o nº 55.796.531/0001-24, neste ato representada por Danilo Pereira da Costa Filho, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1300280 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 019.217.401-08, com escritório no mesmo endereço da sociedade ("Augusta"); **Resolvem:** celebrar a presente 5ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos e condições: **I – Cessão e Transferência de Quotas e Retirada e Admissão de Sócios. 1.1.** A sócia Layana se retira, neste ato, do capital da Sociedade, mediante a cessão e transferência onerosa das 3.390 (três mil e trezentas e noventa) quotas de sua titularidade no capital da Sociedade, devidamente integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames, para Augusta, a qual, neste ato, é admitida na Sociedade. **1.2.** O sócio José renuncia, neste ato, ao seu direito de preferência na transferência das quotas acima indicada. **1.3.** Considerando as deliberações acima tomadas, os sócios decidem alterar a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 5ª – Capital Social – O capital social da Sociedade é de R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais) dividido em 67.800 (sessenta e sete mil e oitocentas) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e distribuídas entre os sócios da seguinte forma: Quotista: José Luiz Aliperti Junior; Nº de Quotas: 64.410; Valor: R\$ 64.410,00; Participação (%): 95%. Quotista: Augusta Participações Ltda.; Nº de Quotas: 3.390; Valor: R\$ 3.390,00; Participação (%): 5%; Total de Nº de Quotas: 67.800. Total do Valor: R\$ 67.800,00. Total da Participação (%): 100%."** **§1º** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **§2º** – Cada quota corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§3º** – O capital social da Sociedade poderá ser reduzido ou aumentado, com a correspondente modificação deste instrumento, nos termos dos artigos 1.081 a 1.084, da Lei 10.406, de 10/01/2002." **II – Alteração de Endereço. 2.1.** Os sócios decidem alterar o endereço da Sociedade da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 4.363, apto 121, Vila Andrade, CEP 05724-003 para a mesma cidade e Estado, na Rua Afonso Braz, nº 473, cj93, Vila Nova Conceição CEP 04511-011, passando a Cláusula Segunda do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 2ª – Sede Social e Filiais – A Sociedade tem sede e foro na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Afonso Braz, nº 473, 9º andar, cj91, sala 36, Vila Nova Conceição CEP 04511-011. §Único** – Por deliberação dos sócios que representem no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social a Sociedade poderá abrir, manter e fechar filiais, sucursais, agências e escritórios, em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, obedecidas as disposições legais que lhe forem aplicáveis." **III – Renúncia de Administradores. 3.1.** Os sócios declaram ciência, neste ato, das renúncias apresentada por Layana Thais Costa, Günther Mittermayer e Marina Rold Castellani aos cargos de Diretora Administrativa, Gerente de Operações e Gerente de Marketing, respectivamente, nos termos da carta de renúncia apresentadas, as quais são parte deste instrumento como **"Anexo 3.1"**. **3.2.** Os sócios decidem manter vacantes os cargos objeto das renúncias pelos administradores acima indicados. **IV – Alteração do Objeto Social. 4.1.** Os sócios decidem aprovar a alteração do objeto social da Sociedade de: "assessoria e consultoria empresarial, intermediação e agenciamento de negócios e serviços, treinamento e desenvolvimento profissional e empresarial e prestação de serviços administrativos" para: **"(i)** a exploração, direta ou indireta e/ou através de consórcios, concessões, parcerias e/ou autorizações, de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral; **(ii)** a construção, reforma, ampliação e modernização de unidades relacionadas à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral; **(iii)** a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas relacionados aos negócios de construção, reforma, ampliação e modernização de unidades dedicadas à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral, incluindo atividades de gestão, assessoria, consultoria, orientação e assistência em matérias de planejamento, organização, controle e finanças; **(iv)** a prestação de serviços administrativos e operacionais, bem como serviços combinados de escritório e apoio administrativo relacionados à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral, incluindo centros de prestação de serviços, escritórios virtuais e apoio a edifícios, com oferta de "hub" de serviços para apoio à administração; e **(v)** a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; **V – Transformação do Tipo Societário. 5.1.** Os sócios decidem, por unanimidade, transformar a Sociedade em uma sociedade por ações, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), sendo certo que a transformação do tipo societário ora aprovada não importará solução de continuidade da Sociedade, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, considerando o mesmo patrimônio social. **5.2.** Em virtude da transformação ora aprovada na forma do item 5.1 acima, as 67.800 (sessenta e sete mil e oitocentas) quotas representativas do capital da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, são convertidas em 67.800 (sessenta e sete mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, mantendo-se a atual participação societária detida pelos acionistas, qual seja, 64.410 (sessenta e quatro mil, quatrocentas e dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal para o acionista José e 3.390 (três mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal para a acionista Augusta, as quais são subscritas e integralizadas neste ato a partir da conversão das quotas de titularidade de José e Augusta na sociedade limitada, ora transformada, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme boletim de subscrição arquivado na sede da Sociedade (ora Companhia) que faz parte deste instrumento como **"Anexo 5.2"**. **5.3.** Em razão da transformação ora aprovada, a Sociedade passará a ser regida pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada, assim como pelo(s) acordo(s) de acionistas arquivados em sua sede social. **VI – Denominação Social. 6.1.** Ato contínuo à transformação da Sociedade em Companhia, os sócios decidem aprovar a alteração da sua denominação social de "A100X Empreendimentos Limitada" para "Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.". **VII – Aprovação do Estatuto Social. 7.1.** Os sócios decidem aprovar o Estatuto Social que regerá a Companhia e que é parte deste instrumento como **"Anexo 7.1"**. **VIII – Diretoria. 8.1.** Em conformidade com o Estatuto Social aprovado no item VI acima, a Sociedade transformada em "Companhia" passará a ser administrada por uma Diretoria, composta por 1 (um) membro, designado como "Diretor", com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **8.2.** Para o cargo de Diretor é neste ato eleito o Sr. **José Luiz Aliperti Junior**, brasileiro, em união estável, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 18.860.380-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 213.460.318-60, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, nº 4363, apto 121, CEP 05724-003, com mandato pelo prazo de 3 (três) anos. **8.3.** O Diretor eleito declara neste ato, sob as penas da lei, (i) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, conta a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Temporariamente por Ações; e (ii) que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido no §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, sendo, desde logo, investido em seu cargo, mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, cuja cópia foi igualmente assinada constitui o **"Anexo 7.3"** deste instrumento. **VIII – Disposições Finais. 8.1.** Os sócios dão por efetivamente

transformada a Sociedade em sociedade anônima, sob a denominação "Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.", com o cumprimento de todas as formalidades legais, cabendo ao Diretor proceder à atualização dos registros e anotações junto aos órgãos públicos competentes para que conste a transformação da Sociedade em sociedade anônima, informando sua nova denominação social. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento por meio eletrônico, através da plataforma de assinaturas eletrônicas D4Sign, nos termos do artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, sendo reconhecida, de forma irrevogável e irretirável, a autenticidade, a validade e a plena eficácia das assinaturas, para todos os fins. São Paulo, 22/11/2024. **Sócio:** José Luiz Aliperti Junior. **Sócia Ingressante: Augusta Participações Ltda.**, por: Danilo Pereira da Costa Buff, OAB/SP 203.612. JUCESP/NIRE nº 3530065395.5. JUCESP nº 468.143/24-5 em 23/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** Sob a denominação **Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.** fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, que girará sob o nome fantasia "Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais" ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Braz, nº 473, 9º andar, cj91, sala 36, Vila Nova Conceição CEP 04511-011, podendo abrir, manter e encerrar filiais, agências ou representações em qualquer localidade do país, mediante resolução da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: **(i)** a exploração, direta ou indireta e/ou através de consórcios, concessões, parcerias e/ou autorizações, de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral; **(ii)** a construção, reforma, ampliação e modernização de unidades relacionadas à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral; **(iii)** a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas relacionados aos negócios de construção, reforma, ampliação e modernização de unidades dedicadas à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral, incluindo atividades de gestão, assessoria, consultoria, orientação e assistência em matérias de planejamento, organização, controle e finanças; **(iv)** a prestação de serviços administrativos e operacionais, bem como serviços combinados de escritório e apoio administrativo relacionados à exploração de obras e serviços públicos na área de infraestrutura social e negócios educacionais e infraestrutura em geral, incluindo centros de prestação de serviços, escritórios virtuais e apoio a edifícios, com oferta de "hub" de serviços para apoio à administração; e **(v)** a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital da Companhia é de R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais) dividido em 67.800 (setenta e sete mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal. **§1º.** Cada ação ordinária nominativa corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§2º.** A propriedade das ações da Companhia será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral é órgão competente para deliberar sobre aumentos de capital. Referidos aumentos de capital poderão ser efetuados mediante a emissão de novas ações, inclusive de espécie, forma e classe distintas das já existentes, conversíveis ou não quanto à forma ou espécie, observadas as disposições legais aplicáveis e este Estatuto Social. **Artigo 7º.** O acionista que não efetuar a integralização das ações por si subscritas, conforme prazos e condições fixados no Boletim de Subscrição, ficará constituído, de pleno direito, em mora, ficando obrigado ao pagamento à Companhia de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido em atraso, juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, na menor periodicidade permitida por lei, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, *pro rata temporis*, desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento. **§1º.** Não obstante a aplicação das penalidades fixadas neste Artigo 7º, a Companhia também estará autorizada a promover contra o acionista em mora (e contra aqueles que com ele forem solidariamente responsáveis) processo de execução, com o objetivo de cobrar o pagamento dos valores devidos, sendo o Boletim de Subscrição e o aviso de chamada considerados títulos executivos extrajudiciais, para os fins e nos termos do Artigo 107, I, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("LSA") e do Artigo 784, III, da Lei 13.105/2015 ("Código de Processo Civil"). **Artigo 8º.** A Assembleia Geral competirá aprovar plano para outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, sem que haja preferência dos acionistas na subscrição de tais ações, que deverão ser preferenciais, e sem direito de voto. **Artigo 9º:** As ações preferenciais que forem criadas, poderão ser atribuídos dividendos fixos ou mínimos, cumulativos ou não, prioritários ou não, não tendo as ações preferenciais direito de voto. A Companhia poderá ainda emitir debêntures, nas condições que a Assembleia Geral aprovar, observado o quórum previsto neste Estatuto Social. **Artigo 10.** As ações representativas do capital social somente poderão ser vendidas, cedidas ou transferidas entre os acionistas ou a qualquer terceiro, desde que observado(s) o(s) acordo(s) de acionistas firmado(s) e arquivado(s) na sede da Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 11.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras, discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado, deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos e eleger membros da Diretoria, quando for o caso. **Artigo 12.** A Assembleia Geral será extraordinariamente instalada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será instalada por convocação do Diretor ou de qualquer Acionista titular de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a sua realização, em primeira convocação, e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, por meio de e-mail ou carta registrada, ambos com aviso de recebimento, devendo constar da convocação informações sobre o local, data e hora da Assembleia Geral e sua respectiva ordem do dia, bem como cópia dos materiais e documentos necessários à análise dos temas a serem tratados e ao exercício do direito de voto dos acionistas, observada as formalidades previstas em lei. **§1º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor, que convidará o representante de qualquer acionista dentre os presentes, ou o advogado da Companhia, para secretariar os trabalhos. **§2º.** Os acionistas poderão participar das Assembleias remotamente, por meio de videoconferência, devendo, neste caso, entregar por e-mail uma cópia assinada do voto emitido ao presidente da Assembleia, no prazo de até 2 (dois) dias após a Assembleia, e, o voto, registrado na sede da Companhia. **§3º.** O acionista poderá, ainda, fazer-se representar por procurador, com procuração específica para esta finalidade, a qual deverá trazer a declaração de voto. **§4º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **§5º.** Exceto se quórum maior for previsto em lei ou neste Estatuto Social, qualquer Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença dos acionistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Artigo 14.** Exceto se maior quórum for definido neste Estatuto Social ou na lei, todas as deliberações em Assembleia Geral deverão ser tomadas pela maioria dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **Artigo 15.** As matérias elencadas neste Artigo devem ser consideradas como o rol exaustivo de matérias que dependem, para sua implementação, da aprovação, em Assembleia Geral, de acionistas titulares de ações que representem 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia: **(i)** aumento de capital e/ou emissão de Ações e/ou quaisquer títulos e/ou valores mobiliários conversíveis em Ações da Companhia; **(ii)** redução do capital social da Companhia; **(iii)** a realização de qualquer negócio, operação ou contratação entre a Companhia e Partes Relacionadas; **(iv)** transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outro tipo de reorganização da Companhia; **(v)** a criação de nova classe de Ações ou qualquer alteração das características, vantagens ou privilégios de classe de Ações da Companhia; **(vi)** alienação, doação, contribuição ao capital social de outra sociedade ou qualquer forma de disposição, aluguel ou arrendamento, licenciamento ou criação de quaisquer gravames ou ônus, incluindo quaisquer direitos de garantia, usufrutos ou opções sobre quaisquer dos ativos da Companhia, incluindo Direitos de Propriedade Intelectual em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a 10% (dez por cento) do ativo da Companhia, o que for maior; **(vii)** a contratação de quaisquer instrumentos financeiros, incluindo a emissão de debêntures e/ou obrigações, qualquer pagamento ou incorrência em custos e/ou despesas operacionais ou outras, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, que implique em endividamento líquido da Companhia em valor superior a 3,5 (três vírgula cinco) vezes o seu EBITDA; **(viii)** a contratação de quaisquer transações não previstas no orçamento anual aprovado da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, que envolva montantes superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a 10% (dez por cento) do total das despesas previstas no orçamento anual da Companhia, o que for maior; e **(ix)** qualquer ou alteração de opções de compra ou de subscrição de Ações destinadas a planos de incentivo de colaboradores que ultrapassem o limite de 10% (dez por cento) do capital da Companhia. **§1º.** A disposição do item (vi) não se aplica no caso da criação ou capitalização de sociedade de propósito específico já constituída pela Companhia, em consórcio ou não, para administração de uma concessão de obras e/ou projetos de infraestrutura social. **§2º.** Para os fins deste Artigo 15 as definições abaixo em maiúsculas terão o seguinte significado: "Partes Relacionadas" significa (a) qualquer Pessoa Controlada, direta ou indiretamente, por qualquer dos Acionistas; (b) qualquer Pessoa que Controle, direta ou indiretamente, qualquer dos Acionistas ou quaisquer Pessoas Controladas, direta ou indiretamente, pelos Acionistas; (c) qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, esteja sob Controle comum dos Acionistas; e (d) qualquer administrador do sócio Controlador da Companhia ou qualquer administrador da Companhia e seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes, bem como os cônjuges, companheiros e parentes de qualquer dos Acionistas Pessoas físicas, até o 4º grau. "Pessoa" significa qualquer indivíduo, pessoa jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, tais como trusts, fundos de investimento, sociedades em conta de

participação, joint ventures, consórcios, espólios, condomínios, sociedades em conta de participação e/ou partnerships, qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo qualquer sucessor, por fusão, incorporação ou de outro modo. "Controle" quando empregado em relação a qualquer Pessoa, significará o poder de outra Pessoa, ou de um grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum de, direta ou indiretamente, deter a maioria de votos nas deliberações da Pessoa em questão, eleger a maioria dos administradores da Pessoa em questão e/ou usar seus poderes para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento das operações e dos órgãos da Pessoa em questão. As expressões e termos "Controlador", "Controlado por", "sob Controle comum" e "Controlada" têm os significados logicamente decorrentes desta definição de "Controle". **Artigo 16.** A aprovação das matérias elencadas neste Artigo exigirá o voto afirmativo de 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital da Companhia: **(i)** alteração do objeto social; **(ii)** abertura e encerramento de filiais; **(iii)** aprovação do orçamento da Companhia; **(iv)** concessão, revogação e/ou alteração de qualquer garantia ou aval de terceiros, bem como assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros e/ou a prática de atos gratuitos de qualquer natureza; e **(v)** fixação e/ou alteração da remuneração dos colaboradores. **Capítulo IV. Administração. Artigo 17.** A administração da Sociedade compete à Diretoria. **§Único.** A Assembleia Geral fixará o valor da remuneração mensal global do Diretor, considerando suas atribuições e responsabilidades. **Artigo 18.** A Companhia será gerida e administrada por 1 (um) Diretor, designado "Diretor", acionista ou não, residente no País, eleito pela Assembleia Geral. **Artigo 19.** A Companhia não terá Conselho de Administração. **Artigo 20.** O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. O Diretor deverá permanecer em seu cargo até a investidura de seu substituto. **§Único.** Ocorrendo renúncia, morte ou incapacidade do Diretor, será convocada imediatamente Assembleia Geral extraordinária, cabendo a esta eleger o seu substituto. **Artigo 21.** A Diretoria caberá, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Companhia e **(a)** zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; **(b)** zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais; **(c)** administrar, gerir e superintender os negócios sociais; **(d)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **(e)** convocar Assembleias Gerais quando julgar conveniente; **(f)** elaborar os orçamentos da Companhia; **(g)** submeter à Assembleia Geral propostas e/ou planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os colaboradores da Companhia; **(h)** elaborar, em cada exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes para serem submetidos ao Conselho Fiscal, quando instalado, e à deliberação da Assembleia Geral; **(i)** elaborar e submeter ao Conselho Fiscal, quando instalado, e à apreciação da Assembleia Geral, em cada exercício, os planos anuais de investimento e de financiamento. **Artigo 22.** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas em livro próprio. **Artigo 23.** Observadas as disposições do Estatuto Social, a Companhia considerará-se obrigada quando representada: **(i)** por 1 (um) procurador para a prática de quaisquer atos em valor até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma única operação ou em uma série de operações sucessivas e correlatas em um período de 12 (doze) meses; **(ii)** por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto para a prática de quaisquer atos em valores entre R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em uma única operação ou em uma série de operações sucessivas e correlatas em um período de 12 (doze) meses em uma série de operações sucessivas e correlatas em um período de 12 (doze) meses; **(iii)** pelo Diretor para a prática de quaisquer atos em qualquer valor, incluindo superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em uma única operação ou em uma série de operações sucessivas e correlatas em um período de 12 (doze) meses; **(iv)** pelo Diretor ou por 1 (um) procurador, para a prática dos seguintes atos: **(a)** representação da Companhia em atos de rotina realizados fora da sede social; **(b)** representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; **(c)** representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas; **(d)** assinatura de serviços postais, incluindo correspondência bancária e endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor; e **(e)** prática de atos de rotina, inclusive perante órgãos reguladores, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal e suas Delegacias e Inspetorias, Secretarias das Fazendas Estaduais e Municipais, Correios, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, órgãos emissores de certificados digitais para qualquer modalidade de certificado, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de identidade natural. **§1º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos praticados pelo Diretor ou por qualquer procurador ou colaborador da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados, por escrito, nos termos do Estatuto Social. **§2º.** As procurações serão outorgadas pelo Diretor e deverão especificar os poderes outorgados bem como a duração do mandato, exceto no caso das procurações judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 24.** O Diretor deve observar e cumprir o disposto em lei, neste Estatuto Social e/ou em acordo(s) de acionista(s) arquivados na sede da Companhia, não devendo computar voto proferido em desacordo. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 25.** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, somente será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas, na forma da lei. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos em Assembleia Geral. **Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Lucros. Artigo 26.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e elaboradas as demais demonstrações financeiras, de acordo com a lei e em consonância com os princípios da contabilidade geralmente aceitos no Brasil. **§Único.** As demonstrações financeiras exigidas em lei serão elaboradas pela Diretoria e incluirão uma proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 27.** Do resultado do exercício, atendidas as depreciações, amortizações e provisões exigidas e permitidas em lei, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. Dos lucros líquidos verificados, far-se-á a dedução de 5% (cinco por cento) para constituir a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social e, do saldo, observada a prioridade da distribuição de dividendos às ações preferenciais, quando aplicável, será distribuído aos acionistas um dividendo anual mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido, ajustado na forma da LSA. O saldo remanescente terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Artigo 28.** A Assembleia Geral poderá determinar a distribuição de dividendos em período inferior ao previsto no Artigo 27 acima, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado (semestral ou trimestral), bem como aprovar a distribuição de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII. Retirada de Acionista do Capital Social e Incapacidade ou Falecimento. Artigo 29.** Nas hipóteses de retirada de acionista do capital social da Companhia, por qualquer motivo, e/ou de incapacidade ou falecimento de qualquer dos acionistas, os haveres serão apurados e pagos nos termos do quanto disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Capítulo VIII. Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 30.** A Companhia será dissolvida, liquidada e extinta nos casos e termos previstos em lei. **§1º.** A Assembleia Geral estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, caso requerido pelos acionistas na forma da lei, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **§2º.** No processo de liquidação, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação de suas obrigações e no pagamento das dívidas sociais. Findo o pagamento das dívidas sociais, será feito o rateio do ativo remanescente, se houver, entre os acionistas, de forma proporcional à participação societária detida por cada um no capital social da Companhia, de acordo com a ordem e os termos do acordo de acionistas vigente. **§3º.** Uma vez tendo sido pago o passivo e sido feito o rateio do ativo remanescente, o liquidante deverá convocar Assembleia Geral para fins de prestação de contas. Caso a Assembleia Geral delibere pela aprovação das contas apresentadas pelo liquidante, a liquidação encerrar-se-á e a Companhia se extinguirá de pleno direito. **Capítulo IX. Resolução de Conflitos. Artigo 31.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Amcham ("Tribunal Arbitral"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação e/ou violação do Estatuto Social, de acordo com seu regulamento de arbitragem ("Regulamento") e com a Lei 9.307/1996, conforme alterada, e observado o disposto no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§1º.** A arbitragem será processada e julgada de acordo com as leis do Brasil, observado o disposto neste Estatuto Social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§2º.** O Tribunal Arbitral será composto por um árbitro único, o qual será nomeado de acordo com o Regulamento, observado o disposto neste Estatuto Social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§3º.** A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O idioma da arbitragem será o português, observado o disposto no Estatuto Social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Capítulo X. Disposições Gerais. Artigo 32.** O acordo de acionistas firmado e arquivado na sede da Companhia e os princípios e regras instituídos pela LSA, e demais dispositivos legais aplicáveis às sociedades por ações regularão os casos omissos no Estatuto, válidos e vinculantes aos seus signatários. Em caso de conflito entre as disposições contidas no Estatuto e em acordo de acionistas firmado e arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as regras estabelecidas nestes últimos sobre aquelas contidas neste Estatuto. **Artigo 33.** Este Estatuto Social admitirá execução específica, nos termos do Artigo 118, §3º da LSA, independentemente do pagamento de perdas e danos sofridos em decorrência de violação de quaisquer de seus termos e condições. **Artigo 34.** A Companhia deverá observar e cumprir o acordo de acionistas firmado e arquivado na sede da Companhia, na forma do Artigo 118 da LSA, sendo expressamente vedado ao Diretor acatar declaração de voto proferido em desacordo com o que tiver sido pactuado no referido acordo de acionistas. São Paulo, 22/11/2024.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/01/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
**www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**



**HB Saúde S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.668.512/0001-56 (Companhia)  
**Edital de Convocação**

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da **assembleia geral extraordinária (AGE)** a se realizar presencialmente na sede da Companhia, localizada no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na avenida José Munia, nº 6.250, bairro Jardim Francisco Fernandes, CEP: 15.090-275, no dia 30/01/2025 às 08:00h. **Ordem do Dia:** (i) aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: [societario@hapvida.com.br](mailto:societario@hapvida.com.br). São José do Rio Preto/SP, 21 de janeiro de 2025. *Diretor Presidente – Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.* (21, 22 e 23/01/2025)

**GP Partnership S.A.**  
CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 27 dias de janeiro de 2025, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre (i) a rratificação da ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2024 e (ii) a distribuição de dividendos intermediários apurados com base no balanço patrimonial de dezembro de 2024. Barueri, 17 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (18, 21 e 22/01/2025)

**Movecta S.A.**  
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27/01/2025, às 10hs, de modo presencial, na Rua Guararapes, 1.909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004 para deliberar sobre a aprovação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/01/2024 a 31/10/2024, na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social. (18, 21 e 22/01/2025)

**Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG**  
CNPJ N.º 09.134.807/0001-91 - NIRE 35500759561 - Companhia Fechada  
**Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Por solicitação do acionista Município de Guaratinguetá, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Antônio Gilberto Filipo Fernandes Junior, ficam os senhores Acionistas convocados para, na forma do disposto nos artigos 12 e 13 do Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária desta Companhia, a ser realizada no dia **31 de janeiro de 2025, às 10 horas**, em sua sede social situada na Rua Xavantes, n.º 1.880, Jardim Aeroporto, Município de Guaratinguetá/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Destituição e eleição dos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 14, inciso V do Estatuto Social; 2. Destituição e eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 14, inciso VI do Estatuto Social. Guaratinguetá, 20 de janeiro de 2025. **Edilson Aleixo de Oliveira** - Conselheiro de Administração. (21, 22 e 23/01/2025)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/01/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

